

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária - 09/09 /2011 - 09h00min

Câmara dos Vereadores de Atibaia – Atibaia – SP

1 **Pauta de Convocação:** A pauta e a convocação da
2 reunião foram encaminhadas no dia 02/09/2011 a
3 todos os membros da CT-RURAL, por meio de
4 mensagem eletrônica transmitida por seu
5 coordenador João Primo Baraldi.

6 **2. Abertura:** A abertura da reunião foi feita pelo
7 Coordenador João Baraldi que agradeceu a
8 participação de todos, incluindo os agricultores de
9 Atibaia presentes. Agradeceu também a Câmara
10 Municipal e a Prefeitura de Atibaia pela recepção.
11 Em seguida houve a apresentação dos participantes
12 e aprovação da ATA da última reunião.

13 **Informes Gerais**

14 O Sr. Baraldi comentou que não foi possível reunir o
15 GT Legislação por conta da agenda intensa de
16 elaboração do Plano de Atividades da CT-RURAL.
17 Propôs, então que isso seja feito na próxima reunião
18 da CT-RURAL com foco na discussão e aprovação
19 do Regimento Interno.

20 **Projeto PSA**

21 Sr. Baraldi comentou rapidamente sobre a visita a
22 campo ao Projeto de PSA em Nazaré Paulista que
23 foi realizada no dia 6 de setembro e pediu para que
24 o Sr. Ricardo da TNC comentasse maiores detalhes
25 sobre o Projeto.

26 O Sr. Ricardo da TNC informou que sete projetos de
27 PSA já foram assinados com os agricultores, sendo
28 quatro em Nazaré Paulista e três em Joanópolis. A
29 partir de agora o Instituto Ipê atuará na elaboração
30 dos projetos executivos das propriedades rurais das
31 microbacias do Moinho (Nazaré Paulista) e Cancan
32 (Joanópolis) que se interessarem a participar no
33 Projeto Produtor de Água no PCJ. Com evolução do
34 Projeto, a Fundação Banco do Brasil e a ONG
35 Internacional WWF entraram como parceiros
36 institucionais e a partir do aporte financeiro
37 realizado por estas instituições foi possível contratar
38 o Instituto Ipê.

39 O Sr. Brasi comentou que os Projetos PSA em
40 Nazaré Paulista se encontra numa fase fantástica,
41 pois tudo que está escrito está sendo feito. Quem
42 tiver oportunidade de conhecê-lo vale à pena.
43 Comentou ainda que não foi feito nenhum tipo de
44 “vista grossa” em relação ao desempenho do
45 Projeto. Todos os senões foram registrados nos
46 relatórios e em todos os quesitos os agricultores
47 foram aprovados com elogios. Os agricultores, além
48 de fazerem o que é preciso, estão se envolvendo
49 ativamente no desenvolvimento do Projeto.
50 Segundo o Sr. Brasi o Projeto, a equipe e os
51 parceiros estão de parabéns. A proposta é ampliar
52 esse projeto para estender a outros produtores

53 rurais da região. Em seguida a plenária aprovou o
54 Projeto para fins de pagamento da segunda parcela
55 aos agricultores.

56 O Sr. Ricardo da Florespi pediu para que a
57 coordenação enviasse para os membros da CT-
58 RURAL os relatórios e laudos técnicos da segunda
59 vistoria das propriedades participantes do Projeto de
60 PSA, em Nazaré Paulista e Joanópolis, após a sua
61 consolidação.

62 O Sr. Brasi comentou com entusiasmo que quando
63 o Sr. Folegati, antigo presidente da CT-RURAL,
64 convidou Sr. Devanir para implantar Projeto de PSA
65 há 5 anos atrás em Cancan e Moinho ele aceitou.
66 Como resultado de tanto esforço e empenho dessa
67 primeira iniciativa estamos aprovando esse Projeto
68 Piloto de forma muito positiva.

69 O Sr. Edvaldo da ONG Terceira Via comentou que a
70 inclusão do Projeto no Plano de Bacia garantiu
71 grande visibilidade política para o mesmo.

72 O Sr. Ricardo da TNC solicitou a liberação do
73 relatório do Projeto para que o mesmo fosse
74 encaminhado ao Comitê PCJ acompanhado da Ata
75 de aprovação para que o pagamento ainda fosse
76 feito no mês de setembro.

77 O Sr. Brasi se comprometeu a fazer todos os
78 procedimentos necessários antes da próxima
79 reunião da CT-RURAL. Propôs que na reunião da
80 CT-RURAL no mês de outubro se faça uma entrega
81 simbólica do pagamento do Projeto, convidando os
82 agricultores envolvidos para serem homenageados.

83 O Sr. Gonzaga perguntou se o pagamento é para
84 todos os agricultores ou somente para aqueles que
85 participam do Projeto.

86 O Sr. Baraldi esclareceu que é somente para os
87 agricultores envolvidos no Projeto.

88 O Sr. Alcides da CATI de Bragança Paulista
89 comentou que o Projeto Piloto está sendo
90 desenvolvido há mais de 5 anos. O projeto foi
91 iniciado por um grupo de técnicos que atualmente
92 não está mais envolvido. Inicialmente o Projeto tinha
93 o objetivo de convencer o próprio Comitê PCJ que
94 se trava de uma estratégia importante de
95 conservação ambiental. O recurso era oriundo do
96 pagamento de água (R\$ 400.000,00). Como se trata
97 de um Projeto Piloto, as suas definições, como
98 fonte de pagamento e como fazê-lo, foram sendo
99 feitas ao longo do tempo. Caso qualquer outra
100 região tenha interesse de desenvolver um Projeto
101 de PSA deverá elaborar outro projeto e formar
102 parcerias, como TNC e Terceira Via. Recursos
103 existem no Comitê PCJ. No dia 4 de outubro será
104 realizada uma Oficina para explicar como

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária - 09/09 /2011 - 09h00min

Câmara dos Vereadores de Atibaia – Atibaia – SP

105 apresentar projetos de PSA para fins de captação
106 de recursos. O maior problema é fazer um bom
107 projeto. Os Projetos de Nazaré Paulista e
108 Joanópolis contemplam a conservação de
109 fragmentos florestais, conservação do solo e
110 conservação das florestas e remunera os
111 agricultores por esses três serviços ambientais,
112 diferentemente do Projeto Mina Água que se
113 restringe a recuperação e conservação de
114 nascentes.

115 O Sr. Alcides da CATI de Bragança Paulista
116 comentou ainda que a Comissão de
117 Acompanhamento de Projeto visita as áreas aonde
118 os projetos estão sendo desenvolvidos e, caso os
119 procedimentos técnicos estejam em conformidade
120 com o planejamento, o projeto é aprovado. Hoje, por
121 conta das novas parcerias, há recursos disponíveis
122 de mais de um milhão de reais para a execução dos
123 projetos.

124 O Sr. Ricardo da Florespi comentou que as
125 parcerias potencializam a captação de recursos e
126 pede para o Ricardo TNC detalhar essa estratégia.

127 O Sr. Ricardo da TNC explicou que os recursos são
128 utilizados para a realização de estudos e
129 implantação dos projetos para depois fazer os
130 pagamentos aos agricultores. Em um segundo
131 momento, os recursos deverão ser utilizados para
132 ampliar o projeto para outras microbacias.

133 O Sr. Alcides da CATI Bragança Paulista informou
134 que os recursos do Comitê e da ANA, que totalizam
135 R\$ 400.000, 00, somente podem ser aplicados nas
136 duas microbacias de Joanópolis e Nazaré Paulista.
137 Já o recurso dos parceiros de um milhão de reais
138 poderá ser utilizado para ampliação do Projeto para
139 outras regiões.

140 O Sr. João do SR Bragança alertou que é
141 importante que haja um trabalho criterioso e
142 harmonioso em relação às prestações de contas
143 para que não haja demora na liberação dos
144 recursos.

145 O Sr. Ricardo da TNC comentou que não será
146 necessária nova prestação de contas para este
147 segundo pagamento, uma vez que há recursos na
148 conta do projeto para estes desembolsos.

149 O Sr. Edwaldo da Terceira Via informou que o
150 Comitê do PCJ não é a única fonte de recursos a
151 ser acessado para apoiar projetos de PSA.
152 Comentou que o Programa Bolsa Verde também
153 remunera serviços ambientais. Portanto, é
154 importante que os municípios se sensibilizem e se
155 mobilizem para apresentar demandas e,
156 paralelamente se esforcem para criar políticas

157 públicas relacionadas ao PSA, pois isso contribui
158 muito para a sua sustentabilidade política e
159 financeira.

160 O Sr. Baraldi complementou a afirmação do Sr.
161 Edwaldo, dizendo que não basta ter o Projeto PSA
162 aprovado. A missão da CT-RURAL é influenciar as
163 políticas públicas, incluindo a elaboração de leis e
164 diretrizes municipais.

165 A Sra. Isabela do IAC comentou que o papel da CT-
166 RURAL é discutir ações e estratégias políticas para
167 incentivar e criar mecanismos de pagamento aos
168 agricultores envolvidos em Projetos de PSA.

169 O Sr. Brasi comentou que o GT PSA foi criado para
170 apoiar os municípios no engajamento dessas
171 estratégias. Fez apelo para que as ONGs e todos os
172 integrantes da CT-RURAL trabalhem como
173 parceiros. Recursos existem em abundância.
174 Portanto, é preciso desenvolver projetos que
175 possuam embasamento técnico e científico, além de
176 criar mecanismos de articulação com outras
177 câmaras técnicas para que os projetos elaborados
178 sejam competentes. Mais uma vez apelou para que
179 todos sejam mais participativos e parceiros.

Abatimento do valor cobrado de uso da água no meio rural

182 Sr. Baraldi propôs que seja aprovado na próxima
183 reunião o estudo sobre abatimento rural. Os
184 agricultores que fizerem reflorestamento em suas
185 propriedades podem reivindicar o abatimento do
186 valor cobrado pelo o uso de água. No entanto não
187 existem definições sobre os órgãos que deverão
188 acompanhar e fiscalizar esses benefícios
189 ambientais para garantir esse direito aos
190 agricultores. As duas câmaras técnicas, a CT RN e
191 CT RURAL, devem estar envolvidas com essas
192 questões.

193 O Sr. Brasi informou que a ANA enviou para as
194 câmaras técnicas um procedimento sobre o que
195 abater e como proceder. A CT-RURAL já fez suas
196 propostas a qual já foi encaminhada para a CT-RN.
197 André e Carla do PCJ se reuniram e fizeram as
198 suas contribuições, porém suprimiram as
199 contribuições da CT-RURAL. Para a próxima
200 reunião a coordenação se comprometeu em
201 apresentar as propostas feitas para os integrantes
202 da CT-RURAL analisar.

203 O Sr. Ricardo da Florespi alertou para que seja
204 enviado o documento já consolidado sobre
205 abatimento no valor cobrado no uso da água para
206 aprovação em cada câmara técnica.

207
208

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária - 09/09 /2011 - 09h00min

Câmara dos Vereadores de Atibaia – Atibaia – SP

209 **Plano de atividades**

210 O Sr. Baraldi informou que o plano da CT-RURAL
211 (agosto/2011 à julho/2012) já foi enviado para a
212 secretaria executiva do Comitê PCJ, cujas
213 atividades foram aprovadas em cada grupo de
214 trabalho. No dia 25 de agosto nos reunimos e
215 aprovamos as cinco atividades que compõem o
216 Plano, no entanto, recebemos informação da
217 secretaria executiva que o Plano da CT-RURAL
218 contempla muitas atividades. Como as atividades
219 foram por nós aprovadas e enviadas para todos os
220 sindicatos e outras câmaras técnicas, defendendo que
221 não devemos modificar o nosso Plano, pois houve
222 muito trabalho e empenho para apresentar a
223 proposta. Podemos readequar o Plano ao longo do
224 ano, mas não devemos suprimir as atividades já
225 aprovadas. Portanto, não devemos voltar a decisão
226 tomada.

227 O Sr. Brasi comentou que o Comitê PCJ tem feito
228 uma avaliação equivocada sobre os procedimentos
229 e exposição de motivos da CT-RURAL. Fizemos
230 reuniões para acertar a nossa estratégia e depois
231 envolver os parceiros. A Secretaria Executiva do
232 Comitê PCJ acha que nós estamos fazendo
233 inúmeras reuniões e workshops para captação de
234 recurso junto ao Comitê e que essas atividades são
235 dispensáveis. Concordo que temos que reduzir
236 essas reuniões. Se for da vontade do grupo
237 devemos manter o Plano como foi aprovado. Se
238 existe “gorduras” em excesso devemos eliminá-las
239 no percurso do processo.

240 O Sr. Ricardo da Florespi informou que os planos de
241 atividades das câmaras técnicas têm independência
242 e autonomia e, portanto, podem ser modificados
243 quando houver necessidade.

244 O Sr. Baraldi comentou que a proposta não é refutar
245 as críticas, no entanto, não se deve descartar o
246 trabalho feito. A Secretaria Executiva tem que
247 entender que é um projeto piloto (PSA) e a Dra.
248 Isabela do IAC tem nos ajudado muito para
249 trabalharmos com embasamento técnico e
250 discernimento. Mostraremos para o Comitê que a
251 produção de alimentos pelos agricultores é feita
252 com muito esforço. A produção conta com muitos
253 riscos e incertezas do clima. Tenho a certeza
254 absoluta que estamos plantando boas sementes.

255 O Sr. Miguel Milinski da PM de Rio Claro perguntou
256 se todos receberam o plano de atividades.

257 O Sr. Baraldi respondeu afirmativamente e que o
258 trabalho da CT-RURAL tem sido descentralizado.

259 Foi aprovada a decisão de não modificar o Plano de
260 Atividades pelos integrantes da CT-RURAL.

261 O Sr. Brasi informou que o Plano de Atividades será
262 encaminhado para CT- PB.

263 O Sr. Baraldi comentou que uma vez que as
264 atividades estejam contidas no Plano é possível dar
265 andamento a elas. Estamos saindo para ação,
266 tendo como exemplo o Protocolo Agroambiental,
267 conduzido pelo Sr. João do SR de Bragança.

268 O Sr. Brasi deixou claro que não concorda com
269 esse procedimento.

270 O Sr. João da SR de Bragança informou que no dia
271 08/09 foi enviada uma comunicação para GT-PSA
272 sobre Protocolo Ambiental. Informou também que
273 entrou em contato com a ANA para solicitar a
274 participação do GT PSA em um curso de
275 conservação de solo e água de duração de 30 horas
276 a ser realizado em Brasília ou em outra cidade. Este
277 curso é destinado aos projetos selecionados no
278 Chamamento Público nº 01/2011 da ANA.
279 Perguntou a plenária se alguém gostaria de
280 participar do curso. Informou que não se sabe ainda
281 se o Comitê irá arcar com os custos de
282 deslocamento, alimentação e hospedagem.
283 Comentou que o importante é que nos foram
284 garantidas quatro vagas.

285 O Sr. Baraldi comentou que é preciso que haja um
286 clima de confiança e respeito entre todos. Informou
287 que jamais apresentou qualquer projeto na CT-
288 RURAL estando no cargo de coordenador e que
289 não faz parte de nenhuma instituição envolvida com
290 desenvolvimento e análise de projetos. Afirmou que
291 o importante é mostrar como incluir os produtores
292 rurais nas discussões do Comitê e é isso que o
293 Comitê espera de nós.

294 **Apresentação da Terceira Via**

295 O Sr. Edwaldo da Terceira Via parabenizou a CT-
296 RURAL pela mobilização e bom funcionamento da
297 Câmara. Comentou que participou da CT-RURAL
298 na época em que o Sr. Folegati era coordenador.
299 Antes de 2006 já pensávamos na geração de renda
300 no meio rural e vínhamos elaborando algumas
301 propostas e atualmente estamos apostando na
302 proposta de adequação ambiental das propriedades
303 rurais. Iniciou uma apresentação de slides que
304 mostraram alguns projetos e iniciativas promovidas
305 pela Terceira Via, como o turismo no âmbito do
306 PRONAF que levou cinema para o meio rural.
307 Comentou que em 2007 na região da sub-bacia da
308 Cantareira tiveram apoio do Fundo Nacional do
309 Meio Ambiente para executar o Projeto Coletivo
310 Mantiqueira que envolveu mais de 20.000 pessoas.
311 Também informou que o Projeto “Cantareira em
312 Rede” foi apoiado pelo PDA e inclui planejamento

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Ata da 59ª Reunião Ordinária - 09/09 /2011 - 09h00min

Câmara dos Vereadores de Atibaia – Atibaia – SP

313 regional e criação de incubadoras para PSA nos
314 municípios contemplados. O Sr. Edwaldo comentou
315 sobre o Projeto “Agroecologia e Sociodiversidade”
316 que inclui a construção de arranjos produtivos com
317 adequação ambiental, pesquisa inovação e
318 comercialização de produtos oriundos de sistemas
319 sustentáveis.

320 Segundo o Sr. Edwaldo da Terceira Via o Projeto de
321 Adequação Ambiental está em processo de
322 conceituação e que ainda não conta com apoio
323 financeiro. Estamos convidando a CT-RURAL para
324 fortalecer os laços e parceria. A proposta do Projeto
325 é fazer uma modelagem agroecológica da
326 propriedade. Informou que a região da sub-bacia do
327 Cantareira abrange 11 municípios. Logo após
328 mostrou slides que apresentaram as premissas do
329 Projeto, como alternativas para melhoria de
330 qualidade de vida e ambiental aliadas ao ganho
331 econômico. O Sr. Edwaldo comentou que a
332 proposta é adequar as propriedades rurais a partir
333 das condições reais dos agricultores e de acordo
334 com a vocação ambiental e socioeconômica da
335 região.

336 Finalizando a apresentação de slides o Sr. Edwaldo
337 comentou que a ONG Terceira Via possui forte
338 militância na área e que a coloca à disposição dos
339 membros da CT-RURAL. Estamos buscando apoio
340 para o Projeto de Adequação Ambiental. A proposta
341 é que a parceria seja ampla.

342 O Sr. Baraldi informou que a CT –RURAL pode
343 apresentar projetos voltados para a demanda
344 induzida com interesse regional. Comentou ainda
345 que o importante é aliar os interesses ambientais
346 aos interesses econômicos e que esse tipo de
347 projeto ajuda a aproximar os agricultores do Comitê
348 PCJ.

349 O Sr. Alcides da CATI Bragança Paulista informou
350 que já existe demanda induzida de projeto voltado
351 para o saneamento rural.

352 O Sr. Baraldi comentou que os dois projetos, PSA e
353 Saneamento Rural, estão dentro da missão e
354 escopo da CT-RURAL.

355 O Sr. Ricardo da Florespi informou que o escopo
356 referente aos critérios dos projetos de demanda
357 induzida teve algumas modificações. Disse que não
358 só a apresentação e a elaboração dos projetos
359 devem ser feitos de forma coletiva, o que significa
360 que todo o processo deve ser participativo. O prazo
361 para apresentação dos projetos é bastante exíguo,
362 com data limite em 26/10/2011, devendo ser
363 apresentados pela Câmara Técnica sem constar o
364 nome do tomador que será definido pela CT-PL.

365 O Sr. Edvaldo da Terceira Via comentou que o
366 Projeto “Adequação Ambiental” se enquadra nos
367 requisitos e procedimentos aprovados para
368 demanda induzida. Informou que está apresentando
369 uma proposta prática, inovadora para valorizar a
370 CT-RURAL. Informou ainda que no dia 15 outubro
371 em Piracaia haverá uma Oficina Regional de PSA
372 em Rede, com coordenação do Sr. Jean da Terceira
373 Via. Assegurou que irá transmitir o convite via e-mail
374 a todos. Comentou que é importante identificar em
375 cada município a possibilidade de implantar uma
376 encubadeira e comprometeu-se em enviar o projeto
377 para a coordenação da CT-RURAL para passar
378 para todos.

379 **Informes Finais**

380 O Sr. Baraldi informou que a próxima reunião da
381 CT-RURAL será no dia 14 de outubro no IAC em
382 Campinas. Comentou que é importante a presença
383 da CT-Outorga e Licenças nesta reunião, pois há
384 problemas relacionados com o volume de 5m3 de
385 água. Informou ainda que a coordenação verificará
386 se há possibilidade do Dr. Sebastião, que é o
387 coordenador da referida câmara, aceitar o convite
388 para participar nesta ou em uma outra reunião a
389 combinar para fornecer orientações técnicas mais
390 precisas sobre a questão.

391 O Sr. Oswaldo Baroni informou que estavam
392 presentes na reunião da CT-RURAL quatro
393 representantes de associações de agricultores de
394 Atibaia e explicou que são associações
395 regularizadas que podem se habilitar para a
396 apresentação de projetos.

397 O Sr. Baraldi finaliza a reunião da CT-RURAL
398 agradecendo a atenção e participação de todos.
399 Nada mais havendo a tratar, o Sr. João Baraldi
400 encerrou a reunião e eu, Renata Freire lavrei a
401 presente em seu pleno teor.

402
403 Atibaia, 09 de setembro de 2011

404
405 João Primo Baraldi
406 Coordenador

407
408 Luiz A. C. S. Brasi
409 Coordenador Adjunto

410
411 Renata Freire
412 Secretária